

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS NO SUL DO BRASIL: CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO¹

ELEMENTS FOR A SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF HERITAGE POLICIES IN SOUTH BRAZIL: CULTURE, TOURISM AND DEVELOPMENT

Rodrigo Manoel Dias da Silva

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo – RS – Brasil

Resumo: O presente artigo analisa a condição contemporânea das políticas patrimoniais em cidades tombadas por órgão oficial de tombamento, considerando, em perspectiva sociológica, as múltiplas mediações que condicionam os objetivos sociais depositados nas mesmas. Na análise teórica e empírica apresentada, cultura, turismo e desenvolvimento configuram-se em elementos interpretativos importantes para o delineamento de uma abordagem teórica sobre o fenômeno. O autor conclui que, de modo ambivalente, tais políticas entrecruzam-se com processos sociais de afirmação identitária de indivíduos e grupos numa paisagem de patrimonialização das produções culturais e, ao mesmo tempo, com narrativas que reservam ao patrimônio o lugar de "recurso" para programas de desenvolvimento social e de revitalização dos circuitos turísticos e econômicos na região.

Palavras-chave: Políticas patrimoniais. Patrimônio Cultural. Turismo. Desenvolvimento.

Abstract: This article analyzes the contemporary condition of heritage policies in cities tumbled by official organ tipping considering in sociological perspective, the multiple mediations that affect the social goals deposited in them. The theoretical and empirical analysis presented, culture, tourism and development in shape important for the design of a theoretical approach to the phenomenon interpretative elements. The author concludes that, ambivalently, such policies intersect with social processes of identity affirmation of individuals and groups in the heritage landscape of cultural productions and at the same time, with narratives that allow the heritage of the place "resource" to programs of social development and revitalization of tourism and economic circuits in the region.

Keywords: Heritage policies. Cultural Heritage. Tourism. Development.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos um tempo onde a cultura tem sido usada como instrumento político para intervenções na vida coletiva (YÚDICE, 2004), sobretudo por engendrar, no plano das ações culturais, um conjunto de novos objetivos sociais (SILVA, 2012a; 2012b; 2014a; 2014b). Nesse horizonte, constatamos que a cultura tem sofrido um deslocamento importante enquanto agência política, ao passar de uma condição transcendental e atemporal para tomar parte em empreendimentos sociais, econômicos e políticos manipulados por atores culturais, em condições situacionais específicas.

A cultura passa a ser forma e conteúdo expressivo para diversos projetos. Ao acompanhar tais tendências contemporâneas, articula-se a propostas de intervenção na urbanidade, a programas de distribuição de renda e combate às desigualdades sociais, a planos de qualificação de políticas de escolarização, a

¹ Apoio financeiro: CNPQ e FAPERGS.

iniciativas de formação técnica ou profissional, a políticas de desenvolvimento local e regional. Com isso, plasma-se um jogo discursivo que faz da cultura um termo que opera em âmbitos diversos na sociedade, sem necessariamente referir-se a uma definição em específico ou à exemplaridade de uma circunstância simbólica. Esse argumento não reivindica a ausência de uma definição absoluta do termo, mas sinaliza a multiplicidade de seus usos e a conseqüente amplitude na definição do que seja ou não cultural. Tal polissemia indica que, em suas produções políticas, cultura, culturas, diferença, identidade, identificações, manifestações culturais, políticas culturais, políticas identitárias ou políticas do simbólico sejam tomadas como sinônimos em um misterioso campo das relações humanas; mas, ao mesmo tempo, constituintes e instituintes de uma nova gramática para as políticas de nosso tempo. Recentes políticas para o desenvolvimento, para a educação escolar, para a proteção social e para os direitos humanos ilustram semelhantes deslocamentos.

Entretanto, as movimentações narradas não isentam a paisagem cultural de conflitos e disputas de/por sentido à existência social (WEBER, 1999), pelo contrário, quando atrelada a campos diversos de produção cultural pode ocorrer uma intensificação dos enfrentamentos individuais e coletivos, entre projetos de cidade distintos, entre projetos de desenvolvimento conflitantes, entre objetivos sociais antagônicos, entre repertórios de ação e engajamento social diferenciados ou concorrentes. Quando a cultura se torna “reserva disponível” (YÚDICE, 2004), irradiam-se disputas pelo agenciamento de recursos necessários aos projetos políticos e culturais (SILVA, 2014b) e aos interesses econômicos (SILVA, 2012a; 2012b).

As propostas de desenvolvimento implementadas em cidades turísticas são emblemáticas dessa contextualização. Recentemente, a literatura sociológica tem apontado para uma recuperação das relações entre cultura e desenvolvimento (CANCLINI, 1987; 2003; FARIAS, 2001; YÚDICE, 2004; SILVA, 2005; BURITY, 2007, SILVA, 2012a)², tendência esta iniciada, nos campos de intervenção política, ainda em meados do século XX, no Brasil. Afora outras tipicidades expressivas, o turismo cultural tem sido um desses projetos voltados para o desenvolvimento que produzem interseções analiticamente interessantes com a produção cultural ou identitária dos atores nas cidades hodiernas.

O presente artigo analisa a condição contemporânea das políticas patrimoniais em cidades tombadas por órgão oficial de tombamento, considerando, em perspectiva sociológica, as múltiplas mediações que condicionam os objetivos sociais depositados nas mesmas. Assim, na análise ora apresentada, cultura, turismo e desenvolvimento configuram-se em elementos interpretativos importantes para o delineamento de uma abordagem teórica sobre o fenômeno. Para tal exercício analítico, primeiramente realizaremos uma revisão histórica e sociológica das relações entre patrimônio, cultura e desenvolvimento no contexto das cidades brasileiras. Em seguida, considerando estudo empírico, abordaremos as políticas patrimoniais desenvolvidas em Antônio Prado, Rio Grande do Sul, e suas interfaces com o turismo e o desenvolvimento regional.

² As referências apontadas não constroem uma leitura homogênea das relações entre cultura e desenvolvimento.

2 Patrimônio, cultura e espaços urbanos no Brasil: breves notas históricas

Nas primeiras décadas do século passado, o Brasil experimentou um longo período de urbanização e industrialização. As intensas dinâmicas de urbanização estenderam-se até o fim dos anos de 1970, o que reforçou a ideia de “vocalização urbana” do Brasil (OLIVEN, 1980). Ao mesmo tempo, verificou-se a situação de abandono de algumas cidades que viviam forte decréscimo demográfico e perda de “significado local” (CALABRE, 2009). Uma potencial alternativa para atenuar parcialmente o problema vivido era o investimento em turismo cultural, setor no qual os órgãos patrimoniais do governo federal não dispunham experiência. Assim, ainda em 1966, foi solicitado auxílio técnico à UNESCO, que enviou representante para estudar o caso brasileiro (CALABRE, 2009). Inúmeras recomendações foram realizadas, no entanto a limitação orçamentária impediu modificações substantivas.

Em 1970, na gestão do Ministro Jarbas Passarinho, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, oficializado em 1937, foi substituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, com o intento de superar os principais limites do mecanismo político anterior: as restrições de autonomia e a limitação de recursos econômicos. Para corroborar com a ação, os governos estaduais passaram a contribuir com os processos de “recuperação e preservação do patrimônio” (CALABRE, 2009, p. 83). Órgãos patrimoniais foram criados nos Estados da federação, alguns municípios repetiram a iniciativa, alguns poucos processos formativos para os atores atuantes nesse campo também foram desencadeados. Diante das conhecidas limitações orçamentárias, poucos projetos adquiriram repercussão. O oposto ocorreu com o Programa de Cidades Históricas - PCH.

O PCH foi instituído em 1973, voltado à região Nordeste e, posteriormente, à Sudeste, sendo sua dinâmica político-organizativa interministerial. Como explicita a citação abaixo, o programa reposicionou o desenvolvimento na agenda de discussões do país, aproximando as questões urbanas com a necessidade de salvaguarda do patrimônio cultural.

No II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado pelo governo federal, com vigência para o período de 1975-1979, ocorre a inserção de diretrizes gerais para uma política de desenvolvimento urbano. O Estado vinha recebendo fortes críticas, principalmente internacionais, sobre a forma de desenvolvimento vivida pelo país, que beneficiava um pequeno grupo e ampliava a desigualdade social, gerando fortes distorções socioeconômicas inter e intrarregionais. Na definição das linhas gerais, na área de desenvolvimento urbano, o plano indicava a necessidade de defesa sistemática e pragmática dos recursos naturais, 'cuja preservação faz parte do desenvolvimento, como também o faz a proteção ao patrimônio cultural representado pelas cidades históricas' (CALABRE, 2009, p. 84).

As diretrizes gerais do documento normatizador do programa operacionalizavam a interseção entre sua execução e estratégias de salvaguarda das memórias e dos bens herdados das gerações antecessoras, com o objetivo de integrar o patrimônio cultural e a dinâmica social da cidade onde o mesmo se encontra. Dentre outros objetivos,

o PCH tinha ainda preocupações com os moradores locais, com a reativação das atividades econômicas e com a formação de recursos humanos visando à geração de empregos. O programa envolvia os governos locais, que deveriam arcar com 20% dos custos dos projetos, restando 80% a cargo do governo federal. O programa ainda buscava implantar uma forma de racionalidade administrativa no trato com o patrimônio [...] (CALABRE, 2009, p. 84-85).

A implementação dessa política cultural, entre 1973 e 1978, financiou 93 projetos, além de 90 monumentos beneficiados com recursos do IPHAN, potencializando um uso conveniente da cultura (YÚDICE, 2004), no contexto específico. Os usos da cultura enquanto conservação e recuperação das memórias e tradições do passado, exercício este de política cultural de uma geração em favor daquelas que lhe antecederam, foram dos mais recorrentes fazeres políticos observados na história das referidas políticas, no país, particularmente diante do crescimento demográfico registrado nos meios urbanos (OLIVEN, 1980), partindo do pressuposto que estas dinâmicas sociais de urbanização, industrialização e modernização poderiam descaracterizar nossos traços culturais “fundamentais”. Fazia-se necessário proteger o patrimônio dos interesses econômicos vigentes. Aloísio Magalhães, quando aborda a questão dos bens culturais no Brasil, elucida essa percepção ao destacar que toda civilização é constituída por formas de acúmulo, de conhecimentos, práticas e modos de vida. Segundo esse autor, uma cultura é avaliada ao longo do tempo e insere-se no processo histórico não só pela diversidade de seus elementos constitutivos, ou pela qualidade de suas representações de si mesma, mas por sua continuidade. Esse uso da cultura pode ser narrado da seguinte maneira:

Pode-se mesmo dizer que a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade de recuo no tempo, do conhecimento e da consciência do passado histórico (MAGALHÃES, 1985, p. 44).

Essa visão “preservacionista” orientou outras ações governamentais no âmbito do Ministério da Cultura, tendo em seus horizontes de atuação política a perspectiva de que o passado deve ser resgatado para compreender-se o presente. A criação do Programa de Ação Cultural - PAC, em 1973, detinha o interesse de irradiar iniciativas de patrimonialização das culturas, as quais passariam a receber políticas de incentivo financeiro mais sistemático, ainda que insuficientes, assim como apoio político. Numa perspectiva mais ampliada, essa vertente “patrimonial” (MICELI, 1984) levou à criação do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, idealizado por Aloísio Magalhães, e, no mesmo ano, do PCH, enquanto interesse em restauração de sítios e monumentos históricos que se prestassem a uma reutilização econômica por meio do turismo (RODRIGUES, 2002). Em 1979, sob as mesmas justificativas, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, com o objetivo de “driblar os entraves burocráticos e agilizar a captação de recursos para realizar programas e projetos na área de cultura” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 49). Como destacara Marilena Chauí (1984), a política cultural deveria levar em conta a cultura em suas relações entre os homens e suas memórias, ou seja, a cultura é a relação que os homens mantêm com o tempo e com a memória do passado.

Ao mesmo tempo, esse modelo de implementação política, pautado no barroco e na preservação dos vestígios da colonização europeia, fez-se objeto de críticas de distintas ordens, em particular, no que tange à neutralização dos

conflitos culturais e o silenciamento de múltiplas expressões simbólicas consubstanciadas na produção de uma “identidade nacional” (CANCLINI, 1987).

As narrativas de patrimônio cultural e redefinição dos espaços urbanos nas cidades brasileiras eram atravessadas por discussões sobre desenvolvimento, fomentadas pelas intervenções de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - Unesco. Na agenda dessa instituição, a cultura ocupa um lugar privilegiado, particularmente se considerarmos seus instrumentos normativos (declarações, recomendações, convenções) embasados em conteúdos prescritivos que versam sobre a proteção da cultura e suas expressões. Como destaca Pitombo (2007), ao analisar o documento “L'Unesco et la question de la diversité culturelle”, os eixos conceituais definidores das problemáticas culturais e seus empreendimentos políticos consequentes foram alterados ao longo do tempo. O período, porém, marca uma aproximação com a perspectiva antropológica de cultura, enquanto “modos de vida” (WILLIAMS, 1992), na agenda social dessa entidade internacional. A Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, ocorrida no México em 1982, pode ser interpretada como ícone dessa transição. Com isso, as Nações Unidas passam a advogar pela necessidade de solidificar as implicações desse novo uso da cultura em projetos de desenvolvimento social, de natureza endógena e diversificada, para países do “Terceiro Mundo”. Assim, “a cultura representaria a dimensão privilegiada para se construir um roteiro alternativo de desenvolvimento” (PITOMBO, 2007, p. 130).

Um novo lugar para a cultura também vai sendo revelado, em contraste aos diagnósticos indicativos de fracasso de várias propostas de desenvolvimento em produzirem os resultados econômicos esperados. Assim, a cultura

[...] se redefine num discurso sobre a necessidade de se desenvolver uma cultura empreendedora, uma cultura de competição, da eficiência, da eficácia, tanto como forma de reorganização dos laços de sociabilidade, quanto de fazer funcionar a economia e a sociedade nos novos tempos (BURITY, 2007, p. 57).

Os fatores culturais, que antes eram considerados obstáculos, passam a ser traduzidos, pelas agências internacionais, como elementos substanciais para o desenvolvimento, este entendido como a melhoria das condições de vida humana e superação das desigualdades socioeconômicas (PITOMBO, 2007). Essas intervenções da Unesco nas discussões sobre os modos de vida particulares e os projetos de desenvolvimento postularam a noção de “desenvolvimento cultural”, a qual se associou às políticas culturais, sob duas influências: os meios de comunicação e o crescimento urbano (HERRERA, 1977). Em alguma medida, o dilema do desenvolvimento cultural residia nas metas que o orientam, as quais têm na cultura o fim e os meios de desenvolver-se (ZIOLKOWSKI, 1979).

Nesse contexto, as políticas culturais efetuadas por instituições públicas detinham iniciativas onde suas prioridades eram “patrimoniais” dirigidas para ações restaurativas (de monumentos, edificações de conteúdo histórico, obras de arte), ou para a conservação de práticas culturais eruditas (música clássica, cinema, artes visuais, por exemplo), ou ainda “para a 'proteção' material e institucional de produtores cujas atividades vêm perdendo terreno no mercado de bens culturais” (MICELI, 1984, p. 102). Mas, de modo ambivalente, mesmo que tomado muitas vezes por teores nacionalistas, essa cultura foi identificada como constituída por

conteúdos latentes a serem explorados em novos projetos de desenvolvimento cultural (HERRERA, 1977), ou, em termos heideggerianos, tornando-se uma “reserva disponível” (YÚDICE, 2004). Essa transformação nos sentidos atinentes às políticas culturais dirigidas ao patrimônio cultural brasileiro oportunizou a emergência de uma nova condição social, onde a produção cultural ingressa nas dinâmicas de intervenção na vida coletiva. Vejamos algumas consequências desse deslocamento na próxima seção textual.

3 De cidades históricas a cidades turísticas

O que define o caráter de determinado patrimônio histórico ou cultural é seu teor de excepcionalidade, considerando-se suas particularidades estéticas e simbólicas. As modalidades de políticas patrimoniais, postas em ação no contexto brasileiro, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, tomaram essa afirmativa como pressuposto fundamental, embora suas justificações pudessem conduzir a usos diferentes da mesma iniciativa. Dentre um conjunto limitado de políticas públicas que demonstraram essa preocupação, o PCH, associado a outras atividades, objetivava ainda a criação de linhas especiais de crédito para a restauração de imóveis para aproveitamento turístico, a dispensa do pagamento de tributações específicas e a formação de mão de obra profissional em restauro (RODRIGUES, 2002), denotando seu interesse em explorar economicamente esta excepcionalidade de suas heranças culturais.

Assim, passou a vigorar uma inversão nas expectativas depositadas na patrimonialização da cultura. Se, nas décadas anteriores, os interesses manifestos centravam-se na defesa e conservação do patrimônio face à urbanização acelerada, hoje, os interesses e os investimentos urbano-turísticos se tornavam incontornáveis, pois, “o crescimento da importância dada pelo poder público ao patrimônio fundamentava-se no reconhecimento de seu valor cultural, mas, além disso, de sua potencialidade como mercadoria de consumo cultural” (RODRIGUES, 2002, p. 22). Com tal finalidade, surgem projetos de “revitalização urbana” como forma de intervenção urbanística nas cidades, sobretudo em suas áreas centrais, sendo experiências significativas aquelas realizadas em cidades como Rio de Janeiro (Corredor Cultural), São Luiz do Maranhão (Projeto Reviver), Olinda (Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos), além de São Paulo, Recife e Salvador. O que esses projetos possuíam em comum era a ênfase na “recuperação do patrimônio histórico pelo Estado e o incentivo ao turismo” (KARA-JOSÉ, 2007, p. 47).

Sociologicamente, poderíamos supor que os projetos culturais emergentes em cidades históricas trazem em si, sob condições situacionais específicas, potenciais projetos culturais de desenvolvimento turístico, interpretando a noção de projeto como um “pensar de modo potencial” (SCHUTZ, 1974). Assim, parece que o turismo, em geral, e o turismo cultural, em particular, são tomados como estratégias eficientes de promoção do desenvolvimento cultural (HERRERA, 1977), sob os auspícios discursivos e institucionais da Unesco.

Para ainda elucidarmos essa transição contemporânea, de cidades históricas a cidades turísticas, parece-nos necessário expor duas dimensões presentes nas análises sociológicas sobre a temática, as quais redimensionam as condições situacionais específicas que contribuíram ao advento desse fenômeno. A saber: a emergência de uma “ética do lazer” (MORIN, 1987); e as relações entre as atividades turísticas e o consumo de bens culturais (SILVA, 2012a; 2012b).

Quanto à primeira condição situacional, com a redução das jornadas de trabalho na Europa e nos Estados Unidos, em torno de 1960, muitas vezes um dia de lazer foi acrescido ao domingo. O lazer passou a ser um tempo sobre o trabalho (MORIN, 1987), um tempo que se diferencia do tempo das festas, característico de outros modos de vida ou formações culturais, por duas razões: o tempo das festas era vivenciado coletivamente por períodos de tempo mais extensos, como se ritualizados ou cerimoniais; já o tempo que se iniciava era fracionado (em finais de semana, ou férias) e organizado em momentos de tempo livre vivenciados nas esferas particulares ou individuais. O novo tempo livre adquire novos conteúdos e o lazer passa por processos de redefinição no plano societário³, de maneira que vigorasse o entendimento de que “os lazeres abrem os horizontes do bem-estar, do consumo e de uma nova vida privada” (MORIN, 1987, p. 68).

Essas atividades produziram uma nova “ética do lazer” (MORIN, 1987), a qual estimula a produção cultural, a cultura de massa (cinema, turismo, etc.), espetáculos, televisão, rádio, jornais e revistas. O lazer se torna um estilo de vida entre o jogo e o espetáculo:

jogo e espetáculo mobilizam uma parte do lazer moderno. Nada disso é absolutamente novo, pois os espetáculos, assim como os jogos (de azar ou de competição), sempre estiveram presentes nas festas e nos lazeres antigos. O que constitui novidade é a extensão televisonária ou teleauditiva do espetáculo, abrindo-se até os horizontes cósmicos, são os progressos de uma concepção lúdica da vida (MORIN, 1987, p. 70).

Essa ética do lazer produz novos olhares à sociedade com maior amplitude, na mesma razão em que o espectador olha, o turista olha (URRY, 1996). A cultura do lazer é constituída pela simultaneidade entre o espetáculo e o jogo, na razão dual entre a passividade do espetáculo e a atividade do jogo. O turismo se torna viagem-espetáculo e mobiliza as políticas culturais em um determinado contexto, entre museus, monumentos, paisagens, eventos, festas, como experiências de excepcionalidade, isto é, provoca a existência de uma “estética do lazer” (SILVA, 2004). Nessas relações sociais, o turismo passa a constituir-se em um uso específico da cultura, nem tanto aquele atribuído ao turismo pela perspectiva da indústria cultural frankfurtiana, de alienação e dominação cultural, mas aliado a novas dinâmicas político-culturais de nosso tempo acelerados pelas relações do jogo-espetáculo. Essas relações jogo-espetáculo modulam a produção cultural para o turismo a partir de uma “ética do lazer” (MORIN, 1987).

A segunda condição, por sua vez, pode ser explicitada nos seguintes termos:

A atividade turística é, portanto, produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais. O turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos (RODRIGUES, 2002, p. 15).

Segundo Silva (2012a), essa ambiguidade da atividade turística se dá pela

³ O turismo de massa, pois, se torna uma invenção dessa sociedade em transformação (Boyer, 2003).

multiplicidade de registros de políticas culturais depositadas nessas ações, ou seja, promover um uso da cultura como estratégia efetiva de salvaguarda das memórias e dos bens herdados das gerações passadas, que seja visto como um universo a ser explorado em projetos de desenvolvimento cultural e, ainda, ao mesmo tempo, possa, por meio do turismo, produzir condições de possibilidade para seu próprio financiamento, face à limitação de recursos públicos destinados à cultura. Paradoxalmente, a década de 1980 nos mostrou que projetos de cidades turísticas se fizeram subsidiários de projetos de intervenção urbana e de políticas culturais, tomando, em alguns contextos, políticas de desenvolvimento urbano, culturais e turísticas como expressões similares, mesmo que politicamente distintas. Especulação imobiliária, negócios urbanos (KARA-JOSÉ, 2007), novas formas de consumo cultural (ROSENDHAL, 2007), diversos impactos ambientais e culturais, dentre outros, seriam usos das políticas culturais consequentes das condições econômicas vividas no atual contexto capitalista. Basta admitirmos que, ainda na década de 1970, Felipe Herrera (1977) havia assinalado que o próprio crescimento turístico poderia solapar os contextos de “desenvolvimento cultural”.

A convergência dessas condições situacionais constituiu um *lócus* privilegiado para a formulação de projetos culturais na contemporaneidade, desde dinâmicas de modernização turística (FARIAS, 2001) até as projeções de estratégias de transformação de áreas urbanas, embora muitas destas experiências desconsiderassem as particularidades do espaço, ou “a alma do lugar” (YÁZIGI, 2001).

Esse conjunto de mudanças socioculturais tornou-se condição favorável para que muitas cidades brasileiras assumissem o turismo como projeto indutor de desenvolvimento regional, tomando suas particularidades culturais como “reserva disponível” (YÚDICE, 2004) para tais movimentações. Embora essa adesão não se dê de maneira uniforme, mas eivada por um conjunto de escolhas, disputas e tensões em diversas escalas, endógenas e exógenas ao lugar, parece ter havido uma tendência que alcançou inúmeras cidades, inclusive muitas daquelas situadas no sul do Brasil.

4 Patrimônio e turismo em Antônio Prado, RS

O Município de Antônio Prado está localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha, distante aproximadamente 180 quilômetros de Porto Alegre. Inicialmente habitada por indígenas “tape” e “coroados”, a região foi, aos poucos, povoada por fazendeiros de Vacaria, na próxima região dos Campos de Cima da Serra, que eram de origem lusa e dedicavam-se à produção agropecuária em latifúndios. Muitos desses eram “provenientes de São Vicente e Laguna” e chegaram às terras do local “pelo antigo litígio entre Espanha e Portugal” (GIRON, 2001). Em 1875, chegaram ao estado os imigrantes italianos, sendo que Antônio Prado foi a sexta e última das “antigas colônias de imigração italiana⁴”, fundada em 1886. Com a nova colônia, diversas obras públicas foram sendo desenvolvidas com a finalidade de melhorar o acesso à cidade, a qual estava em região geográfica de difícil acesso, em meio à serra do Rio das Antas. Nessas condições, os imigrantes derrubaram matas e construíram suas casas com a madeira disponível no lugar, pedras e tijolos artesanais⁵ (MEMÓRIA E

⁴ Informações completas disponíveis em: <http://www.antonioprado.com.br/historico.php>

⁵ Para uma contextualização histórica da imigração italiana no Rio Grande do Sul, ver Giron e

PRESERVAÇÃO, 2009, p. 7).

No início do século XX, a cidade representou importante centro do comércio regional. Roveda (2005) observa que, no período, chegou-se a registrar duas dezenas de casas comerciais, que, inclusive, serviam aos municípios vizinhos. Além de referência no ciclo econômico regional de exploração da madeira (araucária), passava pelo interior do município a estrada Júlio de Castilhos – importante ligação entre diversas regiões do estado -, o que facilitava as transações comerciais na cidade. A construção da BR 116, em 1930, porém, afastou a dinâmica da economia para Caxias do Sul, favorecendo uma relativa situação de isolamento até meados dos anos de 1980.

Esse relativo isolamento colaborou para a conservação de uma nucleação urbana, tendo em vista a permanência histórica do casario colonial de imigração italiana. Em 1985, Antônio Prado teve seu “primeiro imóvel representativo da arquitetura popular da imigração italiana tombado, denominado ‘Casa da Neni’⁶” (ROVEDA, 2005, p. 59) (Imagem 1). Em torno da Praça Garibaldi, 48 edificações em madeira se encontravam em muito bom estado de conservação, formando um Centro Histórico, que veio a ser tombado pelo IPHAN em 1987, com registro definitivo no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico, em 10 de janeiro de 1990. O acervo pradense representou importante marco nas políticas patrimoniais brasileiras, uma vez que foi o primeiro tombamento material que não havia originado de imigração portuguesa. Além da dimensão material, encontram-se em Antônio Prado importantes traços da cultura tradicional dos imigrantes italianos, como a gastronomia, o artesanato, a linguagem (um exemplo é o “talian”, dialeto híbrido usado pelos imigrantes e seus descendentes), os referentes do catolicismo popular e outras manifestações culturais.

Porém, o tombamento não foi bem aceito pela maioria da população, desencadeando uma série de tensionamentos e conflitualidades (BUCHEBUAN, 2010). “A ideia do tombamento do conjunto localizado no centro já havia provocado reação por parte de alguns proprietários de casas que já pensavam em demolir, como fizeram com a Casa de Negócios Valmórbida, casa com mais de cem anos, demolida durante o processo⁷” (ROVEDA, 2005, p. 61). Após o início do processo de tombamento, em 1987, inúmeras foram as manifestações da população local rejeitando as ações do IPHAN na cidade. Além de sessões públicas na Câmara Municipal de Vereadores e pedidos de esclarecimentos aos setores governamentais diretamente vinculados ao patrimônio, criou-se a Associação Pradense de Defesa dos Direitos de Propriedade dos Imóveis, registrada oficialmente, cuja finalidade exposta em seu Estatuto Jurídico era:

[...] lutar, proteger e defender os interesses dos proprietários contra o tombamento e, de modo especial, acompanhar o respectivo processo do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da cidade de Antônio Prado e entorno, e demais interesses de seus associados relativamente à propriedade de imóveis e direitos a eles relativos (apud ROVEDA, 2005, p 66-67).

O objetivo da entidade era estagnar ou reverter o tombamento ou, em

Herédia (2007).

⁶ Registrado no Livro do Tombo de Belas Artes, sob o nº 572, em 30 de setembro de 1985.

⁷ Essa demolição alterou a redação original da proposta de 48 para 47 edificações tombadas.

última instância, angariar uma indenização aos proprietários. Para atenuar a situação, inúmeras ações foram realizadas, tais como: a concessão, por parte do Poder Público Municipal, de isenção de impostos aos imóveis de conteúdo histórico ou cultural; a criação de uma fundação cultural; realização de campanhas com empresas e entidades comerciais para subsidiarem a reforma das casas. Muitas dessas iniciativas não atingiram objetivos satisfatórios, tampouco a Associação conseguiu reverter o processo de tombamento. As funções da Associação se esgotaram, sobretudo, quando o governo Collor realizou o desmonte dos setores governamentais atuantes em cultura. O que estava em jogo, nessa situação, era a relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento.

Desde a década de 1990, o IPHAN passou a contribuir no restauro das edificações. Além disso, para reconstruir a identidade e o pertencimento local, assim como para a mediação dos conflitos, novas políticas patrimoniais passaram a ser implementadas no lugar.

A política patrimonial converteu-se, primeiramente, em ações de educação patrimonial, a qual foi mobilizada no sentido de “ação intensiva” voltada à conscientização dos moradores, para a valorização do patrimônio, da memória e da cultura do lugar. Outras ações do IPHAN também foram realizadas com finalidade semelhante: a confecção de brinquedos para as crianças, quebra-cabeças com a imagem da “Casa da Neni” - primeira casa tombada -, elementos da culinária local, além de uma cartilha de educação patrimonial usada nas escolas (MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO, 2009, p. 33).

Imagem 1



Fonte: do Autor.

Em parceria com a Universidade de Caxias do Sul, diversas outras iniciativas foram desenvolvidas. O fortalecimento dos vínculos de pertencimento local à cultura dos imigrantes italianos foi tema constante das atividades, inspirados, em

boa medida, no filme "O Quatrilho"⁸, cujo enredo foi baseado no imaginário regional da imigração italiana e gravado na cidade e na região. Em igual teor, o turismo cultural fez-se uma alternativa ao desenvolvimento da região, idealizado por diversas gestões municipais que se sucederam, bem como por instâncias regionais, cujo objetivo era a inserção da cidade em circuitos regionais do turismo. Então, o material publicitário da cidade muda seu foco e Antônio Prado torna-se "a cidade mais italiana do Brasil", premissa reafirmada na distribuição de pequenas tabuletas com tal inscrição pelo centro histórico.

De certo modo, em Antônio Prado, a política patrimonial está atrelada a uma pedagogia da memória, em que os atores culturais e os agentes estatais assumem a tarefa educativa de "reconciliação da população com suas memórias". Um relato do IPHAN, sobre o período, é ilustrativo:

Para reconciliar a população da cidade com sua herança histórica, o Iphan promoveu uma série de ações, dentre as quais a primeira ação intensiva de educação patrimonial realizada no país até aquele período. Vários recursos foram utilizados. O cartunista Lotti, hoje muito conhecido no estado, foi "importado" de Caxias do Sul para colaborar no esforço educativo. Na época, o cartunista estava em início de carreira e trabalhava em jornal caxiense. Seus personagens despediram-se da publicação informando aos leitores que pretendiam conhecer Antônio Prado. E se hospedaram durante um ano em página de um jornal pradense. Uma das figuras dos cartuns, o Nonno, aparecia falando *talian* com pessoas da comunidade, inclusive com algumas que se opunham ao tombamento, sobretudo o que dizia respeito à vida na cidade (MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO, 2009, p. 29).

Para a mediação dos conflitos entre os atores, a política patrimonial confundia-se com educação patrimonial. De um lado, a inserção da temática na formação escolar dos estudantes mediante cartilhas e atividades lúdico-recreativas promovidas pelo IPHAN. De outro, ações para a "reconstrução de manifestações expressivas" do lugar (MARTINS, 2009), com foco na recuperação e uso social dos processos identitários dos antigos imigrantes. Os objetivos sociais das políticas patrimoniais, nessa situação, enfatizavam a produção de sentidos para o ato de tombamento do casario, mediante a valorização da regionalidade colonial e sua potencialização para projetos de desenvolvimento turístico.

O tombamento e a experiência de patrimonialização na cidade desencadeou a emergência de inúmeros projetos em educação patrimonial interessados em revelar e reconhecer as produções identitárias locais. Destacamos a ação de Ponto de Cultura, desde 2005, que passou a expressar as múltiplas narrativas constituintes do patrimônio cultural do lugar para além da discursividade oficial do tombamento, embora ainda tecida pelas contradições e relações de poder próprias desses processos. Essas "narrativas polifônicas" (ABREU; CHAGAS; SANTOS, 2007) oportunizaram a expressividade das dimensões simbólicas da cultura, isso observado no Ponto de Cultura "Saberes Locais do Artesanato e Vozes da Imigração"⁹. Com uma perspectiva pedagógica, as ações patrimoniais mais consistentes tem sido: o Projeto "Memória e Identidade: Antônio Prado, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", produzido pelo pesquisador local

⁸ Filme dirigido por Bruno Barreto, lançado em 1995, inspirado em obra homônima de autoria de José Clemente Pozenato.

⁹ Desde 2013, esse Ponto está desativado.

Fernando Roveda (ROVEDA, 2005), apoiado pelo Programa Monumenta e um dos vencedores do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (Ministério da Cultura, em 2005); e o Projeto "Pulando Janelas: educação turística, ambiental e patrimonial", desenvolvido por uma instância de governança regional, a Associação de Turismo da Serra Nordeste - Atuaserra.

Para pensarmos a transição pensada neste artigo, de cidades históricas a cidades turísticas, outro elemento a destacar é a afirmação identitária dos atores, de modo pluralizado, com ênfase no respeito e no reconhecimento da legitimidade de suas produções culturais locais. Em sua elaboração, sua ênfase no local explicita uma resistência à globalização econômica que silencia e padroniza as culturas tradicionais (CANCLINI, 2003). Entretanto, não podemos desconsiderar que, no plano das relações de poder em escala local, há heterogeneidade, conflito e polifonia, uma vez que a própria predominância da imigração italiana em Antônio Prado já representa sobreposição de uma expressão cultural sobre outras. Uma análise sociológica sobre as políticas patrimoniais, em escala local, precisa considerar a amplitude e a profundidade dos processos vividos pelos próprios atores.

5 Considerações finais

A situação das políticas patrimoniais em Antônio Prado - RS acompanha algumas dinâmicas observadas em diversas outras cidades turísticas brasileiras, principalmente aquelas cujas estratégias de desenvolvimento (local ou regional) priorizam o turismo cultural. O conjunto dessas mudanças parece redefinir o horizonte dos sentidos e das práticas das políticas culturais, uma vez que estas passam a responder por diversos objetivos sociais (SILVA, 2012a). As transformações iniciadas no contexto do PCH, na década de 1970, favoreceram a compreensão de que o patrimônio histórico e cultural não deveria mais ser interpretado como obstáculo ao desenvolvimento (principalmente econômico). As estratégias de salvaguarda de manifestações culturais foram associadas a planos de intervenção no planejamento socioeconômico dos municípios que sofreram processos oficiais de patrimonialização cultural. Essa condição societária efetivou-se a partir de uma ética do lazer, nos termos de Edgar Morin (1987), observada simultaneamente ao recrudescimento dos direitos ao repouso atribuídos ao trabalhadores em diferentes países.

Ao mesmo tempo, esses usos da cultura em intervenções públicas (estatais ou não) nas cidades contemporâneas explicitam novas funções atribuídas às políticas culturais, tanto em seus arranjos institucionais, quanto na reconstrução de manifestações expressivas que fabricam uma representação da própria cultura ou da identidade regional. Na situação estudada, a formação cultural engendrou modos de identificação e pertencimento aos habitantes, enquanto que potencializou ou gerou projetos de desenvolvimento cultural, na razão em que a cultura se fez recurso para tais ações. As fronteiras entre a produção cultural e as políticas de turismo parecem dissolver-se.

Em Antônio Prado, como em diversos outros lugares do Brasil, o tombamento foi interpretado, em algumas circunstâncias, como engessamento do progresso local e, em outras, como possibilidade de inserção nos circuitos regionais da economia do turismo. Entretanto, essa realidade não ocorre numa condição harmônica, como visto, por exemplo, no uso atribuído à educação patrimonial enquanto processo de reconciliação social.

Por fim, observamos que toda análise sociológica das políticas patrimoniais brasileiras precisa considerar sua condição ambivalente. Tais políticas entrecruzam-se com processos sociais de afirmação identitária de indivíduos e grupos numa paisagem de patrimonialização das produções culturais e, ao mesmo tempo, com narrativas que reservam ao patrimônio o lugar de "recurso" (YÚDICE, 2004) para programas de desenvolvimento social e revitalização dos circuitos econômicos regionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. S.; SANTOS, M. S. (Orgs.) *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BOYER, M. *História do turismo de massa*. Bauru: Edusc, 2003.

BUCHEBUAN, Terezinha de Oliveira. *Os velhos casarões de Antônio Prado: processos culturais, patrimônio e conflito*. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em Letras Cultura e Regionalidade) - Universidade de Caxias do Sul, 2010.

BURITY, J. Cultura & Desenvolvimento. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.) *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. p. 51-66, Salvador: Edufba, 2007.

CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CANCLINI, N. G. (Org.) *Políticas Culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987.

_____. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CHAUÍ, M. *Política cultural*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FARIAS, Edson Silva de. *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil*. 2001. 544f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2001.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIRON, L. S. Colonos e fazendeiros: imigrantes italianos nos Campos de Cima da Serra. In: GIRON, L. S. (Org.) *Colonos e fazendeiros: imigrantes italianos nos campos de Vacaria*. Porto Alegre: EST, 2001. p. 9-16

GIRON, L. S.; HERÉDIA, V. B. M. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007.

HERRERA, F. Introdução às políticas culturais. In: HERRERA, F.; DIÉGUES JÚNIOR, M.; SILVA, B. *Novas frentes de promoção da cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 1977. p. 1-20

KARA-JOSÉ, B. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos: A instrumentalização da cultura na Revitalização do Centro de São Paulo 1975-2000*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

MAGALHÃES, A. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARTINS, P. Cabo-verdianos em Lisboa: manifestações expressivas e reconstrução identitária. *Horizontes Antropológicos*, n. 31, p. 241-269, 2009.

MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO – Antônio Prado - RS. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2009.

MICELI, S. O processo de 'construção institucional' na área cultural federal (anos 70). In: _____. (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 53-83

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX : o espírito do tempo I*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

OLIVEN, R. G. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PITOMBO, M. Entre o universal e o heterogêneo: uma análise do conceito de cultura na Unesco. In: NUSSBAUMER, G. (Org.) *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*, p. 115-138, Salvador: Edufba, 2007.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Org.) *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 13-24

ROSENDHAL, Z. Cultura, turismo e identidade. In: NUSSBAUMER, G. (Org.) *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007. p. 245-256

ROVEDA, F. *Memória & identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2005.

SCHUTZ, A. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

SESSA, A. *Turismo e política di sviluppo*. Veneza: Editrice Universitaria, 1976.

SILVA, M. G. L. *Cidades turísticas: identidades e cenários do lazer*. São Paulo: Aleph, 2005.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. *Políticas culturais em cidades turísticas brasileiras: um estudo sobre as técnicas de vida contemporâneas*. 2012. 208f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012a.

_____. Agenciamentos, recursos e políticas culturais. In: Souza, A. E. (Org.) *Práticas socioculturais, linguagens e sociedade*. Curitiba: Editora CRV, 2012b. p.

11-26

_____. Educação, cidadania e agenciamentos formativos nas políticas culturais brasileiras. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 127, p. 397-415, 2014a.

_____. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 199-224, 2014b.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: SESC/Nobel, 1996.

ZIOLKOWSKI, J. *La dimensión cultural del desarrollo*. *Culturas*, v.VI, n.1, p. 17-29, 1979.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Brasília: Editora Unb, 1999.

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YÁZIGI, E. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Submetido em 24/09/2014

Aprovado em 30/12/2015

Sobre o autor

Rodrigo Manoel Dias da Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição.

Endereço para correspondência: Av. Unisinos, 950 – Bairro Cristo Rei. 93022-75 – São Leopoldo – RS – Brasil.

E-mail: rodrigoddsilva@hotmail.com